

## UM CONTEXTO HISTÓRICO: ORIGEM DA ESCOLA E SUA PRODUÇÃO SOCIAL

Maria de Fatima Oliveira Santos (1); José André Matos Leal (1); Hércules Tobias de Alencar Soares (2); Renan Clemente Rodrigues (3); Rogério Paes de Oliveira (Orientador) (5)

(Universidade Regional do Cariri-Urca, e-mail: mariaoli9627@gmail.com)

### Resumo

Historicamente a Educação, esteve presente em âmbito sócio humano. Foi realizado neste trabalho um apanhado histórico do contexto geral da educação até a criação da escola institucionalizada. Esses estabelecimentos de ensino surgiram na França no período do desenvolvimento industrial e conturbações religiosas. O presente trabalho vem trazer uma revisão literária sobre a origem e função social da escola. Essa educação institucionalizada ou não, é socialmente histórica, ou seja, com características próprias em cada fase ou época de sua existência. Logo após, com concretização de um ambiente educativo verdadeiramente estabelecido houve as devidas caracterizações singulares de uma instituição como: o surgimento de classes, séries por idade, entre outras. Diante disso, a função chave da escola não é de forma totalitária, mas se organizar no intuito de realizar as formas daquilo que não é recebido, e sim realizar um tratamento igual de todos os alunos independente de suas crenças e formas de socialização.

**Palavras-chave:** Função social, educação, ensino, escola.

## **INTRODUÇÃO**

Historicamente a educação, esteve presente em âmbito sócio humano. Obviamente que essa educação institucionalizada ou não, é socialmente histórica, ou seja, com características próprias em cada fase ou época de sua existência. As diversas formas dessa educação social a serem estudadas e entendidas como foram e são repassadas, cumprem em comum, singularidades realistas de seus momentos históricos.

Segundo Petitat (1994), a escola colabora para a reprodução da ordem social; porém ela de maneira sólida favorece as suas mudanças, as vezes intencional ou de uma outra forma contra a vontade; e, as vezes as transformações se dão a parte da escola. É que se trata de uma ordem dinâmica, de grupos e de classes em modificações, usa de técnicas em constante renovação e de culturas que se redirecionam periodicamente. Em dois séculos, o mundo assistiu a transformações esperadas, contudo, ainda nos atentamos a teorias pouco estáticas da escola como agente de reprodução social.

Com o movimento do iluminismo a escola passou a ser mais influenciadora para praticar mais a função de instrução do que educação, isso se dá no decorrer do século XIX e XX, o ensino já costumava ser obrigatório na maioria dos países. Dessa forma, a escola passou a receber mais estudantes, todavia, ela, de um modo geral, não estava preparada para essas mudanças. A escola que sempre foi uma instituição elitista não poderia transforma-se rapidamente e sem a devida preparação numa escola democrática. Por conseguinte, a escola foi marcada pela evasão escolar, dificuldades de aprendizagem e outros problemas relacionados à expansão do ensino.

A escola é uma instituição social em primeira instancia, sabe-se que social é aquilo que se interage à sociedade. Entretanto o problema inicia-se por se tornar mais complicado quando referido ao conceito de sociedade, esse conceito é demasiadamente compreendido quando a pergunta se refere a de que forma a sociedade deveria ser em um contexto geral. As concepções sobre sociedade e sobre quais valores sociais seriam mais adequados animam discussões que já duram muitos séculos (SILVA; WEIDE, S/D). No entanto essas discussões nos fazem refletir ao nosso principal objetivo que é compreender o surgimento da escola e sua função na sociedade.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de cunho teórico histórico bibliográfico.

É de acordo com essa temática que trazemos este estudo dividido em dois pontos centrais. Analisar o contexto histórico social e caracterizar o surgimento da escola e sua função social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O contexto histórico social**

Inicialmente, a ideia das escolas de caridade da França era de uma generalização da escolarização.

Até o século XVI, por diversas vezes, a igreja católica manifestou o desejo de implantar escolas primárias em toda parte. Visava a uma catequese mais profunda do que realizada pela simples transmissão oral. Através de concorrência trazida pela reforma em relação a ortodoxia católica, estes projetos foram reativados (PETITAT, 1994, p. 107).

Os reformadores, principalmente Lutero, foram os primeiros a reformular as exigências de generalizações de escola. Um dos primeiros atos subversivos de Lutero é a tradução da bíblia para o alemão, rompendo assim, um paradigma de escritura reservada a elite e acaba abrindo caminho para o ensino elementar que continua a recorrer de muitos textos religiosos.

A ideia de uma escola obrigatória, em toda Europa, se inicia sob a ação das paróquias, dos sínodos, das sociedades religiosas e de caridade. Mas, ao mesmo tempo, reforma e contrarreforma entra em concorrência como na dos colégios.

Mas ao mesmo tempo em que se distribui catecismo, leitura e, as vezes ás vezes, escrita, instalam-se também novas distinções sociais. A escola elementar dos pobres ergue-se pouco a pouco a parte da escola elementar que prepara para a entrada no colégio latino (PETITAT, 1994, p. 107).

No início do século XVII, surgem sociedades religiosas que se especializam na alfabetização e catequese dos pobres abandonando assim, a iniciação ao latim, que era uma espécie de passaporte para o colégio. O surgimento dessa sociedade contribuiu assim para formar um dualismo escolar que já aparecia desde aquela época. O dualismo escolar traz uma percepção clara de “conhecimento para os ricos, acolhimento social para os pobres”. Em muitas cidades francesas em meados do século XVII, grupos de devotos fundam escolas gratuitas, inclusive em Lyon. Em 1667, Démiá funda a sua primeira escola ou escolas de

caridade de Lyon. Em uma brochura, ele desenvolve duas séries de argumentos, uma explicando a utilidade moral, e a outra, a utilidade econômica das escolas de caridade.

Os jovens que não são adequadamente educados ordinariamente caem na vagabundagem, e não mais nada além de arrastar os pés pelas ruas. Ficam agrupados nas esquinas, entretendo-se com conversas dissolutas, tornando-se indóceis, libertinos, dados ao jogo, blasfemadores e briguentos; entregam-se a bebida, a imoralidade, ao roubo e ao crime. Transformam-se, por fim, nos mais depravados e revoltados membros do estado (PETITAT, 1994, p. 109).

As escolas de caridade de Lyon tinham especificidades de que, além dos princípios da religião cristã, os alunos aprenderão “até mesmo a ler e a escrever”. A necessidade e a preocupação de alfabetizar e moralizar crianças pobres é essencial, e o contexto histórico a torna largamente compreensível.

Esta sociedade religiosa voltada para o ensino elementar discorre dos mesmos princípios de Lémia: Moralização, instrução economicamente útil e defesa da educação popular. Surge então o instituto dos irmãos das escolas cristãs. Essa instituição não se limitava a uma localidade, buscou se estender a maior parte do reino. No decorrer da década de 1670 seu fundador, J. B. La Salle voltou-se para o ensino elementar. O instituto que atingia aproximadamente vinte cidades, e contava com 281 irmãos, 123 classes e nove mil alunos.

Em 1725, o instituto foi reconhecido pelo papado e aceito pelo rei. Este progresso notável das escolas elementares gratuitas, ao qual deve-se acrescentar numerosas iniciativas locais acrescenta-se a uma reflexão e a uma prática pedagógicas que são o verdadeiro início do ensino primário moderno (PETITAT, 1994, p 110).

Essa instituição decorreu preceitos pedagógicos que até hoje estão no ambiente escolar. Preceitos esses como: fixar horários, designar os conteúdos a serem ensinados, subdivide-os diferentes níveis, define os princípios de repartição dos alunos de acordo com o conhecimento adquirido, as condições de passagem de um nível para o outro, indica os exercícios escolares a serem cumpridas, as disciplinas e as sanções, entre outros.

Nos colégios, assim como hoje, o aprendizado da leitura e da escrita oportunizava a subdivisão em classes. Neste ponto, J. B. Salle não está inovando ao prever a divisão de suas escolas em duas, três, quatro e até mesmo cinco classes sucessivas de acordo com o número de alunos.

A maior parte destas escolas comportam três classes, conhecidas por pequena, segunda e grande classe. O intuito é que cada aluno receba lições proporcionais as suas capacidades.

A pequena classe ocupa-se de leitura e recitação de orações. A conduta da escola cristã distingue de cinco etapas 1) o conhecimento das letras maiúsculas e minúsculas, 2) a capacidade de soletrar um determinado número de sílabas, 3) a

capacidade de soletrar A com facilidade todas as sílabas, 4) a capacidade de ler corretamente as sílabas, 5) a capacidade de ler as palavras (PETITAT, 1994, p 110).

Depois disso os alunos passam para, primeira, segunda, terceira, quarta e quinta classe gradativamente, contendo cada classe seu nível de conhecimento específico. Para dar sequência a esta revolução pedagógica, havia há necessidade de centros para instruir de maneira homogênea os professores, dentro dos mesmos preceitos. Inicialmente tratava-se simplesmente de um grupo de noviços que iria se juntar a quatro outros estabelecimentos.

Os irmãos e irmãs dedicados ao ensino e preparados para este fim são pois claramente mais bem qualificados que seus equivalentes tradicionais, tanto que mesmas pessoas abastadas, capazes de pagar um magister, desejam matricular os filhos nos Lasselitas, “afim de fornecer-lhes uma melhor instrução” (PETITAT, 1994, p 112).

Estas instituições garantem uma sólida formação aos irmãos que iriam trabalhar nas escolas cristãs, contribuindo para o renome e o sucesso da instituição. Os irmão e irmãs dedicados ao ensino e preparados para isso são bem mais qualificados do que os seus tradicionais, fazendo jus ao título de mestres.

### **O surgimento da escola e sua função social**

A educação primitiva era comum a todos no sentido literal da forma comunal. Pois o ensinamento era repassado por o cotidiano social da tribo, ou seja, o membro jovem da tribo sem mais distinções, era “autodidata” por sua observação corriqueira e conseqüentemente aprendizagem pela a mesma, além de praticas por a convivência, que nessa situação histórica foi uma das principais formas de se repassar o conhecimento com relevância para o todo em características comunitária.

Se desejássemos, agora, ir colocando marcos decisivos para o desenvolvimento deste curso, poderíamos dizer que, numa sociedade sem classes como a comunidade primitiva, os fins da educação derivam da estrutura homogênea do ambiente social, identificam-se com os interesses comuns do grupo e se realizam igualmente em todos os seus membros, de modo espontâneo e integral: espontâneo na medida em que não existe nenhuma instituição destinada a inculcá-lo, integral no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na referida comunidade era possível receber e elaborar (PONCE, 2015, p. 24).

Logo após esse momento educativo comum a todos em tempos remotos, surge povos antigos mais bem “desenvolvidos socialmente”, como: os espartanos e os atenienses, ou seja, povos gregos, que baseavam suas educações em métodos militaristas conquistadores e virtudes religiosas filosóficas para condições sociais. Pois não mais em características

comunitárias esse novo período se fez, e conseqüentemente sua educação foi dividida por o contexto histórico real da época.

O rendimento da força humana era tão exíguo que um homem não podia estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Portanto, aos filósofos caberia a direção da sociedade, aos guerreiros, protegê-la e aos escravos, manter as duas classes anteriores. A separação entre força física e força mental impunha ao mundo antigo estas duas enormidades: para trabalhar, era necessário gemer nas misérias da escravidão e, para estudar, era preciso refugiar-se no egoísmo da solidão (PONCE, 2015, p. 71).

Passando essa fase dita por muitos como “tempos sombrios”, pois pouco se foi pensado em evolução literal e muito menos educacional, destaca-se socialmente histórico a atuação educativa em Roma, como mais um passo ate chegarmos a nossa atual forma educacional.

A agricultura, a guerra e a política constituíam o programa que um romano nobre devia realizar. Para aprende-lo, a única maneira era a prática. Já vimos que, junto ao pai, o jovem romano aprendia os segredos da agricultura. A guerra, ele travava conhecimento com ela, primeiro nos campos de exercício, depois na coorte do general. Em relação à política, ele se adestrava assistindo às sessões em que se debatiam os assuntos mais ruidosos. Perto da porta do Senado, havia alguns banquinhos reservados aos jovens, e freqüentando-o, eles se familiarizavam, como ouvintes, com as próprias funções que logo mais deveriam desempenhar (PONCE, 2015, p. 74).

Chegando a educação burguesa, tida também como renascentista. Em que se pretendia fugir dos princípios de desenvolvimento anteriores a mesmos já apresentados, e foi concebida como o abandono total do método passado de pensamento, para em vista do campo educacional e desenvolvimentista se abrir o pensamento a outros pontos como: em relação a religião (dogmas), a indústria, e outros mais que estavam socialmente em alta no tempo decorrido. Entretanto como ponto historicamente não tão novo a ser destacado, nessa época também se recorre a educação já por colégios basicamente ou inicialmente institucionalizados, e com funções sociais já e ainda desiguais.

O grego, o hebraico e o latim clássico eram os seus idiomas, idiomas economicamente inacessíveis à media e a pequena burguesia. De fato, os estudos superiores durante o Renascimento eram extraordinariamente caros. E, como os estudos inferiores de caráter popular não existiam, compreende-se facilmente o alcance desta observação de Pierre de La Ramée: “E coisa bem indigna é o fato de o caminho que conduz à filosofia estar fechado e proibido à pobreza” (PONCE, 2015, p.142).

Esse período foi marcante por a aparição dos colégios, verdadeiramente institucionalizados, a seguirem normas discriminatórias de ensino como: “concentração dos cursos dentro dos estabelecimentos, gradação sistemática das matérias, programa centrado no latim e no grego, controle continuo dos conteúdos adquiridos, supervisão e disciplina”.

Essas instituições de ensino, inicialmente surgiram em caráter religioso difuso da época por católicos e protestantes ou derivadas das faculdades de artes.

Como negócio, visto por fundadores desses primeiros colégios, foi notório que seria mais lucrativo fundar estabelecimentos chamados de hospitia, para os estudantes encontrarem alojamento e refeições do que oferecer bolsas de estudo para os mesmos, e foi a partir desse fato que são fundados as instituições: Colégio dos dezoito (1257), o Colégio da Sorbonne (1257), os colégios de Navarre, Harcourt, etc. Em que desses estabelecimentos que eram para servirem como abrigo acaba virando concentrações e instituições de ensino. Características importantes desses colégios descendentes das faculdades de arte do tempo foram que os alunos não mais iam até de encontro aos mestres ou professores e sim esses viam a encontrar os alunos nesses locais específicos, dando origem a diversos outros pontos característicos e notáveis como classes, series, entre outros. Além disso, também houve o surgimento nesse período dos castigos físicos como forma punitiva e exemplar, pois o jovem não, mas era vista como um “homenzinho” e sim só como uma criança indefesa ao homem adulto.

A ação da escola não necessariamente se programa no intuito de realizar os meios de obter aquilo que não é dado, e sim um lugar de passagem do saber onde trata os alunos de forma igualitária, mesmo se estes são diversificados culturalmente. Diante disso há uma escassez de desigualdades reduzida somente por ela. Considerando que o domínio da cultura erudita que regia e que era considerada importante requer o conhecimento aprofundado do código segundo o qual ela está codificada e que o domínio do código só pode ser alcançado de acordo com uma aprendizagem metódica e organizado, então caberia à instituição escolar “desenvolver em todos os membros da sociedade, sem distinção, a aptidão para práticas culturais que a sociedade considera como as mais nobres” reduzindo assim as desigualdades no ensino (BOURDIEU, 1999, p. 62).

Para Saviani (1980, p.50-51) O homem é o influenciador sob o meio, então a função das instituições educacionais seria de “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações. Portanto, o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção”.

A partir do século XVII surge a figura da escola como instituição intrinsecamente relacionada com o capitalismo por volta de 1750. Com a Revolução Industrial houve carência de pessoas minimamente letradas, sendo essas entregues as indústrias, fornecendo a mão-de-obra para o manejo de máquinas, visto que a burguesia já no poder viu a necessidade de “socializar” e “educar” a massa trabalhadora, para formar “bons” cidadão e trabalhadores disciplinados. Diante disso podemos observar a escola com funções elaboradas como hábitos

e normas de uma classe dominante da ideologia burguesa, mostrando a cada indivíduo no seu lugar na sociedade segunda a sua classe originária (COIMBRA, 1989).

Segundo Bourdieu (1975), a instituição escolar se torna de fundamental importância para o desenvolvimento capitalista. A escola passa a ser um forte instrumento ideológico do Estado, principal força da burguesia, juntamente a este instrumento quem o complementam sendo estes a família e os meios de comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão fundamentada em toda revisão literária e apanhado histórico feito nesse trabalho bibliográfico, sobre a origem e função da escola como instituição de ensino, chegamos a convicção que a escola cumpriu antes, nos seus primórdios e continua contemporaneamente realizando um papel de decisiva atuação educacional intelectual, sócio cultural e de muita importância para o desenvolvimento capital para o mundo.

Diante de tudo isso a função chave da escola não é de forma totalitária, se organizar no intuito de realizar as formas daquilo que não é recebido, mas sim um tratamento igual de todos os alunos independente de suas crenças e formas de socialização.

Em vista que notória é a coligação entre instituição de ensino (escola), e o contextual ensino de manutenção hegemônico social de dominação histórico. Pois resumidamente a escola é basicamente o ensino de viver para poucos e o de como sobreviver para muitos, tendo relativas exceções como tudo, a exemplo de uma educação formada não apenas por uma instituição, mas também de responsabilidade em parte da família, mas com jargões atemporais de proporcionalidade desiguais e acompanhamento histórico social.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de Educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COIMBRA, C.M. B. **Desvios e Lacunas na formação do Psicólogo**: a quem servem? *Revista Pro-Psi*, Conselho Regional de Psicologia, 5 (6): 10.11, ano 2, setembro, 1985.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** Tradução de José Severo de Camargo. 24.ed. São Paulo, SP. Câmara Brasileira do livro, 2015.

PETITAT, A. **Produção da escola / produção da sociedade:** análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. 1.ed. Porto Alegre, RS. Artes Médicas, 1994.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

SILVA, J. A.; WEIDE, A.D.; **A função social da escola.** (Org). Guarapuava, PR. S/D. p. 10.